

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

Estimativa de demanda pela formalização da economia informal no agreste pernambucano: uma aplicação do método de valoração contingente

Estimate demand by formalization of the informal economy in the agreste pernambucano: an application of contingent valuation method

Monaliza de Oliveira Ferreira
Kelly Samá Lopes de Vasconcelos

Sumário

CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	2
Carlos Ayres Britto	
PERDA DE MANDATO PARLAMENTAR POR FORÇA DE CONDENAÇÃO CRIMINAL NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	9
José Levi Mello do Amaral Júnior	
PODER NORMATIVO DAS CORTES CONSTITUCIONAIS: O CASO BRASILEIRO.....	16
Inocência Mártires Coelho	
PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL.....	29
José Levi Mello do Amaral Júnior	
PRIMEIRAS LINHAS SOBRE A OPÇÃO POLÍTICO-CRIMINAL DA DESERÇÃO MILITAR: A NECESSÁRIA CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	42
Antonio Henrique Graciano Suxberger e Danilo Gustavo Vieira Martins	
IMPLICAÇÕES DO DIREITO AO VOTO AOS IMIGRANTES: AMEAÇA À SOBERANIA NACIONAL OU EFETIVAÇÃO DE UM DIREITO FUNDAMENTAL?	58
Juliana Cleto	
CRIMEN, DESEMPLEO Y ACTIVIDAD ECONÓMICA EN CHILE.....	81
Sergio Zuñiga-Jara, Sofía Ruiz Campo e Karla Soria-Barreto	
O IMPACTO DE DIFERENTES TIPOS DE REPRESSÃO LEGAL SOBRE AS TAXAS DE HOMICÍDIO ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS	100
Adolfo Sachsida, Mário Jorge Cardoso de Mendonça e Tito Belchior Silva Moreira	
ANÁLISE DOS IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS DO PROGRAMA DE P&D DA ANEEL NO SETOR ELÉTRICO: DIFERENÇAS COM OS EUA.....	124
Igor Polezi Munhz, Alessandra Cristina Santos Akkari e Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos	
SHANGO UNCHAINED? STATE IN(CAPACITY), URBAN BIAS, AND THE POWER AFRICA INITIATIVE .	146
Tom Brower	
LEVANDO O ORÇAMENTO A SÉRIO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	179
Andre Bogossian	

ESTIMATIVA DE DEMANDA PELA FORMALIZAÇÃO DA ECONOMIA INFORMAL NO AGRESTE PERNAMBUCANO: UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO DE VALORAÇÃO CONTINGENTE.....	200
Monaliza de Oliveira Ferreira e Kelly Samá Lopes de Vasconcelos	
IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NA RENDA E ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES.....	221
Nádia Kunkel Sziwelski, Carla Rosane Paz Arruda Teo, Luciara de Souza Gallina, Fabiula Grahl e Cimara Filippi	
DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS E A POBREZA NO NORDESTE DO BRASIL.....	241
Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira, Solange de Cassia Inforzato de Souza e Aricieri Devidé Junior	
EFEITOS COLATERAIS DA MINERAÇÃO NO MEIO AMBIENTE	264
Márcio Oliveira Portella	
PARTICIPAÇÃO POPULAR E ACESSO À INFORMAÇÃO AMBIENTAL PARA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO	278
Luciano Marcos Paes	
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DE MAGISTRADOS: A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO JUDICIAL ATRAVÉS DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA.....	289
Flávio José Moreira Gonçalves	
RESENHAS	
SIMPLER: THE FUTURE OF GOVERNMENT, DE CASS SUSTEIN	316
Veyzon Campos Muniz	

Estimativa de demanda pela formalização da economia informal no agreste pernambucano: uma aplicação do método de valoração contingente*

Estimate demand by formalization of the informal economy in the agreste pernambucano: an application of contingent valuation method

Monaliza de Oliveira Ferreira**

Kelly Samá Lopes de Vasconcelos***

RESUMO

O principal efeito da expansão da economia informal sobre a economia formal está relacionado à redução na receita tributária, reduzindo a quantidade e qualidade do fornecimento de serviços e bens públicos. Ademais, do ponto de vista da empresa, tem-se que a produtividade no setor informal é menor que a produtividade no setor formal. O objetivo desta pesquisa consiste em realizar uma estimativa da demanda potencial pela formalização da economia informal, utilizando o método de valoração contingente. Após a aplicação do modelo, observou-se que os microempresários do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano estão dispostos a pagar, em média, R\$0,08 mensais em Caruaru e nada em Santa Cruz do Capibaribe. O método procura obter o preço sombra da formalização da economia informal para cada agente contribuidor. Os valores obtidos indicam que os feirantes que se encontram inseridos na economia informal, não estão muito dispostos a pagar para inserirem-se na economia formal, ou pelo fato de que acreditam já pagar muitos impostos ou porque acreditam estarem confortáveis com seus rendimentos sem ter de prestar contas sobre isso com o Estado¹. Ou seja, como o valor obtido foi desprezível, conclui-se que os feirantes não têm interesse pela formalização da economia informal, independentemente das vantagens apontadas.

Palavras-chave: Economia informal. Firma. Mercado de trabalho. Valoração contingente

* Recebido em 16/03/2015
Aprovado em 08/07/2015

** Doutora em Economia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE-PIMES). Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGECON/UFPE/CAA. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Economia Aplicada e Desenvolvimento Sustentável – GPEAD. E-mail: monaliza.ferr@gmail.com.

*** Mestranda – Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGECON/UFPE/CAA / Membro do GPEAD. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE-CAA). E-mail: kellydevasconcelos@ig.com.br.

1 Embora Estado seja um conceito maior que Governo (uma das instituições que compõem o Estado), nesse contexto esses termos serão tratados como sinônimos. Os dois termos serão considerados como o agente planejador central, aquele que cria e regula as políticas públicas.

ABSTRACT

The main effect of the expansion of the informal economy to the formal economy is related to the reduction in tax revenues, reducing the quantity and quality of provision of public services and goods. In addition, the company's point of view, it follows that productivity in the informal sector is less than productivity in the formal sector. The objective of this research is to accomplish an estimate of the potential demand for the formalization of the informal economy, using the contingent valuation method. After applying the model it was observed that micro entrepreneurs on Polo of Pernambuco Agreste Clothes are willing to pay an average of R\$ 0.08 monthly in Caruaru and nothing in Santa Cruz do Capibaribe. The method seeks the shadow price of the formalization of the informal economy for each contributor agent. The values obtained indicate that the sellers that are inserted in the informal economy are not very willing to pay to be inserted in the formal economy, or the fact that many believe already pay taxes or because they believe they are comfortable with their income without having to account for it with the state. That is, as the value was negligible, it is concluded that the sellers have no interest for the formalization of the informal economy, regardless of the advantages pointed out.

Keywords: Informal economy. Firm. Labor market. Contingent valuation

1. INTRODUÇÃO

Mesmo em um momento de expansão da economia brasileira, a dificuldade de encontrar emprego tem levado muitas pessoas para o mercado de trabalho informal. Isso garante a sobrevivência de parte da população por meio do autoemprego. O setor informal é formado por trabalhadores que não conseguiram inserir-se de forma plena nos vários setores do mercado formal, principalmente nos países em desenvolvimento e não constitui fenômeno recente. De outro lado, há pessoas que poderiam sair da informalidade, mas preferem permanecer como estão, tratam-se dos microempresários que não se legalizam para auferirem lucros maiores em seus negócios.

O microempresário que está na condição de informal depara-se com algumas desvantagens, dentre elas aquelas oportunidades de negócios que requerem provas de regularidade fiscal, perda de vendas por exigência de nota fiscal, licitações públicas e privadas de que não pode participar, bem como exportações diretas, empréstimos no mercado livre de crédito para pessoas jurídicas etc. Com a alta carga tributária e exigências de documentos para registrar, o empresário acredita que irá decidir espontaneamente pela formalização de seu negócio apenas quando os custos da regularização são cobertos pela atividade. Contudo, na verdade, a regularização deverá acontecer quando os benefícios dessa formalização sejam eles diretos ou indiretos, superarem os custos da regularização, uma vez que as reduzidas receitas do negócio informal ("supostas reduzidas receitas") também constituem um dos fatores para a não legalização de microempresas².

Quando a empresa não é competitiva, existem alguns fatores que impulsionam sua entrada e permanência na informalidade, em que os custos da regularização acabam constituindo-se o principal fator. As barreiras para o desenvolvimento das micros e pequenas empresas devem ser eliminadas, principalmente, quando se fala em acesso a linhas de crédito, qualificação de microempresários, agilização de canais de comercialização, criação de regimes especiais fiscais etc. As organizações informais assemelham-se quanto à escassez de capital, ao uso de tecnologias obsoletas e à falta de organização. Mas a lógica de funcionamento é idêntica à de qualquer firma que objetiva maximizar o lucro em seus negócios³.

2 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Economia informal urbana*: julho de 2005. Goiânia: Observatório SEBRAE, 2015.

3 CACCIAMALLI, M. C.; SILVA, M. F. J. Mais informalidade, menos cidadania, os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre

Fato semelhante ocorre com a capacidade de investimento. Quando acontece de as empresas não investirem, o país não gera empregos formais em volume suficiente para atender a demanda. Com menos oportunidades de empregos, a renda das pessoas diminui, fazendo com que comprem menos. Com o consumo em baixa, mais empresas formais são obrigadas a aderir à informalidade, das formas mais variadas e em diversos graus, sendo uma questão de sobrevivência para muitos⁴.

A informalidade da unidade produtiva ocorre, entre outros aspectos, em virtude da inexistência de documentos legais que comprovem sua existência ou funcionamento. Esse aspecto constitui componente importante do direito de propriedade de um negócio produtivo. Um pequeno empreendedor, que tem comprovado o seu negócio, garante que a exploração da atividade não será violada por outra pessoa. Além disso, enquanto os empreendedores informais enfrentam altos custos para elaborar e assegurar os contratos, o que reduz o acesso a mercados; as empresas formais têm melhor acesso aos fornecedores, aos compradores, ao mercado de crédito, à tecnologia e aos serviços de infraestrutura, sem falar que, atuando ‘fora da lei’, é possível a maquiagem dos números de empregos gerados, o que foi produzido e comercializado, o lucro obtido⁵.

De forma atípica, entretanto, as cidades parecem precisar desse mercado informal, viabilizando a conexão entre setores aparentemente opostos, ou seja, formal contra informal. Esse estranhamento deve-se ao fato de que, mesmo no setor formal, podem-se perceber práticas informais, tais como a extensão da forma de trabalho, a falta de registros profissionais dos empregados e assim por diante⁶.

Se a economia informal cresce, dá-se uma redução na receita dos tributos e, conseqüentemente, menor quantidade de bens e serviços públicos estarão disponíveis à sociedade, reduzindo o bem-estar da sociedade. Afinal, a infraestrutura pública constitui a base econômica para o desenvolvimento do País e o elemento-chave para o crescimento econômico⁷.

Não raras vezes, a literatura apresenta o setor informal com produtividade inferior ao formal. Na maioria das vezes, está se referindo à produtividade do trabalho. Em estudo bastante recente, Squeeff⁸ discute a evolução da produtividade do trabalho nos setores formal, informal e de outras unidades familiares segundo atividade econômica e verifica que a produtividade agregada cresceu 7% entre 2001 e 2009, em decorrência do setor formal — uma vez que as atividades informais contribuíram negativamente.

A ideia de economia informal está geralmente associada à baixa produtividade, ilegalidade, evasão de impostos, corrupção e, sobretudo a um contingente de pessoas excluídas dos sistemas de proteção social. Trabalhadores que não conseguem posição no mercado formal acabam realizando trabalhos por conta própria ou responsabilizando-se por pequenas tarefas. O mercado de trabalho, entretanto, constitui apenas um lado da economia informal. A exemplo de Filártiga⁹, este artigo tem a firma/feirante como objeto de estudo. Ou seja, a firma é entendida nesse contexto como unidade produtiva e tecnológica, cujos empreendedores tomam decisões estratégicas sob incerteza, comprometendo-se em investimentos de longo prazo. Em suas relações constam os demais agentes econômicos, ou seja, as outras firmas, os consumidores, trabalhadores e Governo.

Nessa perspectiva, formal ou informal tornam-se mais qualidades das transações do que dos agentes econômicos. Uma firma pode ser registrada, ser grande ou pequena, comprar insumos nos mercados for-

a formulação da política social na América Latina. *Cadernos Prolam/USP*, São Paulo, v. 02, n. 2, p. 4-24, 2003.

4 CACCIAMALLI, M. C.; SILVA, M. F. J. Mais informalidade, menos cidadania, os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre a formulação da política social na América Latina. *Cadernos Prolam/USP*, São Paulo, v. 02, n. 2, p. 4-24, 2003.

5 FONTES, A.; PERO, V. *Determinantes do desempenho dos microempreendedores no Brasil*. 2009. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto0906.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

6 FILÁRTIGA, G. B. Custos de transação, instituições e a cultura da informalidade no Brasil. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 121-144, dez. 2007.

7 NERI, M. Informalidade. *Ensaios econômicos*, Rio de Janeiro, n. 635, p. 1-40, dez. 2006.

8 SQUEEFF, G. C. *Produtividade do trabalho nos setores formal e informal no Brasil*: uma avaliação do período recente. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. (Texto para Discussão, n. 2084).

9 FILÁRTIGA, G. B. Custos de transação, instituições e a cultura da informalidade no Brasil. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 121-144, dez. 2007.

mal e informal, assinar a carteira de um trabalhador e outro não. Essas escolhas são inerentes às análises de custo-benefício de cada empresa, nas quais os custos de transação e as instituições são levados em conta. Certamente, a redução nesses custos de transação leva a aumentos nas margens de lucro dos empresários. Afinal, transações realizadas por meio de instituições informais evitam pagamentos de impostos e obrigações trabalhistas; reduzem dos custos das taxas e do tempo dedicado ao cumprimento de procedimentos administrativos para obtenção de autorização, licenças, certidões e registros; evitam os custos do cumprimento de padrões de contabilidade, qualidade, entre outras vantagens competitivas que, em alguma medida, traduzem-se em aparentes ganhos de competitividade frente os concorrentes¹⁰.

Se as cidades dos países em vias de desenvolvimento crescem rapidamente, não significa que se terá aumento dos postos de trabalho, ou seja, os postos de emprego não crescem na mesma proporção que a evolução tecnológica, muito pelo contrário, são perdidos rapidamente e para serem inseridos novamente no mercado levam algum tempo, favorecendo a informalidade. Esse efeito pode ser evidenciado nos pequenos negócios de confecções realizados nas cidades dos Polos de Confecções do Agreste Pernambucano — Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

A tradicional Feira da Sulanca surgiu entre as décadas de 1950 e 1960. No primeiro momento, a matéria-prima utilizada para confecção foram os retalhos trazidos das fábricas têxteis da capital pernambucana, Recife, tendo como costureiras as mulheres moradoras da zona rural. Os vendedores ambulantes eram os tropeiros e os sulanqueiros eram os feirantes itinerantes e divulgadores dos produtos da Sulanca. Em seguida foram aproveitados os retalhos de helanca (fibra sintética em voga no período de 1960/1970) vindos de São Paulo. Por essa razão surgiu o nome “sulanca” (junção de sul mais lanca). É a partir dos anos 2000 que esforços para a regulação, formalização e reestruturação do comércio e atividades na Feira da Sulanca levaram-na a fazer parte do referido Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, sendo o principal símbolo desta¹¹. Ressalte-se que o movimento não ocorreu de forma sincronizada no tempo e no espaço com os outros municípios do Polo.

Em Toritama e Santa Cruz, esse processo foi um pouco depois, a partir de 2001¹². Enquanto Caruaru produz ‘de tudo um pouco’, Toritama especializou-se na produção de jeans, respondendo por 16% da produção nacional; enquanto Santa Cruz do Capibaribe voltou-se mais para a produção *lingeries* e camisolas, ainda que a produção de produtos diversos seja comum a todas as feiras do circuito. Santa Cruz constitui o maior caso de sucesso dos três, na cidade inexistente desemprego, ainda que se verifique grande concentração de renda. No final de 2006, Santa Cruz do Capibaribe surge não apenas com um centro de compras, mas transfere toda a Feira da Sulanca para o Moda Center Santa Cruz, sendo o único do Agreste a possuir uma feira organizada e coberta. A costureira mais antiga da cidade, Dona Petronila Senhorinha dos Santos, 88 anos, é uma das fundadoras da Feira da Sulanca de Santa Cruz do Capibaribe, sendo da época em que vendia tudo que costurava no chão do centro da cidade. Caruaru, todavia, tem mais expressividade e conhecimento nacional, em virtude de sua importância no setor de comércio, turismo (principalmente em virtude das festividades juninas) e cultura popular, destacando-se o Alto do Moura, considerado pela UNESCO como o “maior Centro de Artes Figurativas das Américas”. Inclusive a Feira de Caruaru é conhecida como a maior feira popular do Brasil. Em 2006, a referida Feira recebeu o título de “Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro”, concedido pelo Ministério da Cultura, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Por sua importância econômica para a Região, a cidade é conhecida também como a “Capital do Agreste”.

10 FILÁRTIGA, G. B. Custos de transação, instituições e a cultura da informalidade no Brasil. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 121-144, dez. 2007.

11 BURNETT, A. A saga dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da feira da sulanca no Agreste pernambucano. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, v. 3, n. 2, p. 09-40, jul./dez. 2013.

12 OLIVEIRA OLIVEIRA, R. V.; BRAGA, B. M. Território comercial de Toritama: persistência e metamorfoses da informalidade. *Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 41, p. 193-225, out. 2014. p. 193-225.

Dessa forma, este artigo tem por objetivo realizar uma estimativa da demanda potencial pela formalização da economia informal, utilizando o método de valoração contingente, com base na análise dos pequenos negócios de confecções no Agreste Pernambucano.

Antes um método aplicado apenas para problemas ambientais, o método de valoração contingente, passou a ser usado em outros contextos, inclusive na economia da cultura. A aplicação do método na economia da cultura busca usualmente mensurar o quanto determinada população está disposta a pagar por um dado bem cultural, a exemplo dos ativos ambientais. As pesquisas são implementadas na forma de questionários que incluem uma situação hipotética, sendo a terminologia “contingente” referente ao mercado simulado que se apresenta ao entrevistado. Os estudos de valoração contingente apresentam a grande vantagem de captar os valores de existência, opção e legado; valores de “não uso” que possuem particular importância no contexto das artes. Uma crítica bastante comum que especialistas em arte colocam em relação aos estudos econômicos é que estes captam apenas a quantidade de arte, e não a qualidade. A valoração contingente prova a falsidade dessas críticas. O número de visitas a um teatro, museu ou monumento não importa tanto quanto o valor que as pessoas atribuem a essas visitas¹³. Com essa mesma lógica, o método foi utilizado neste estudo.

Além dessa introdução, o artigo apresenta ainda uma seção de referencial teórico, outra de metodologia, os resultados do artigo e uma última seção à guisa de conclusões.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As escolas de pensamento econômico têm tomado várias posições para explicar a informalidade. A teoria clássica considera que a economia está em pleno emprego e apresenta ajuste automático para o equilíbrio entre oferta e demanda, de forma que não há desemprego ou mesmo informalidade. A teoria neoclássica apresenta a informalidade compreendida como efeito do crescimento perturbador do mercado competitivo. Os estruturalistas (neoestruturalistas) reconhecem que a informalidade tem origem na desigualdade de distribuição de riqueza e oportunidades de acesso ao crédito¹⁴.

Assim, o conceito de informalidade tem evoluído ao longo dos tempos. Em termos teóricos, estão em Boeke¹⁵, Lewis¹⁶, Harris e Todaro¹⁷ as questões conceituais mais voltadas à relação entre informalidade e pobreza. Já Hirschman¹⁸, Mincer¹⁹ e De Soto²⁰ relacionaram a informalidade mais com a desobediência às leis²¹.

Insta ressaltar que as instituições do mercado de trabalho no Brasil jamais alcançaram universalmente as massas de trabalhadores e constituíram um conjunto muito pobre de direitos. Desde os primórdios da formação de um mercado de trabalho livre no país, parcela considerável da população jamais conseguiu se incorporar ao mercado de trabalho e mesmo sob os auspícios de uma economia industrial, a regulamentação desse mercado deixou de fora os trabalhadores rurais e muitas categorias de trabalhadores urbanos²².

13 FREY, Bruno. *La economía del arte: una visión personal, y Las falsificaciones en arte: ¿qué falsificaciones?* Barcelona: La Caixa, 2000. (*Estudios Económicos*, 18).

14 CAMARGO, A. L.; MORA, H. G. C. La economía informal em Villavicencio. *Finanzas y Política Económica*, Bogotá, v. 3, n. 2, p. 83-104, jul./dez. 2011. p. 83-104.

15 BOEKE, J. *Economics and economic policy of dual societies: as exemplified by Indonesia*. New York: International Secretariat Institute of Pacific Relations, 1953.

16 LEWIS, A. The Dual Economy revisited. *The Manchester School*, Hoboken, v. 47, n. 3, p. 211-229, Sept. 1979.

17 HARRIS, J.; TODARO, M. Migration, unemployment and development: a two-sector Analysis. *American Economic Review*, Pittsburgh, v. 60, n. 1, p. 126-142, 1970.

18 HIRSCHMAN, A. *Exit, Voice and loyalty: responses to decline in firms, organizations, and states*. Cambridge: Harvard University Press, 1970.

19 MINCER, J. Unemployment Effects of Minimum Wages. *Political Economy*, London, v. 84, n. 4, p. s87-s104, Aug. 1976. *Part 2: Essays in Labor Economics in Honor of H. Greg*.

20 SOTO, H. de. *El otro sendero: la revolución informal*. Bogotá: Oveja Negra, 1987.

21 PERRY, G. *Et al. Informality: Exit and Exclusion*. Washington: The World Bank, 2007.

22 COSTA, M. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira.

As mudanças institucionais e econômicas da sociedade brasileira, nas quatro décadas de crescimento deslanchadas pela política de substituição de importações, não lograram ampliar o padrão de renda-consumo e bem-estar da população irrestritamente, nem muito menos alcançaram o compromisso mais sólido de uma política de pleno emprego. Essa realidade se agravou na década de 1990, com as mudanças estruturais da economia brasileira e seus efeitos sobre o mercado de trabalho. A abertura econômica e as privatizações pressionaram o processo de reestruturação produtiva sistêmica, de modo a afetar não apenas o nível do emprego, mas também a sua qualidade, com a flexibilização dos vínculos e dos regimes de trabalho²³. Portanto, independente do conceito de informalidade adotado, há que se considerar a incapacidade do agente público de dotar todas as pessoas das condições mínimas de sobrevivência, quer seja pela presença de grande estrato de desempregados na economia ou mesmo pela presença dos ditos subempregos.

Nesta seção far-se-ão alguns comentários acerca do referencial teórico e serão apresentados alguns conceitos importantes para o estudo. Nesse sentido, o conceito de trabalho informal pode ser analisado por duas vertentes.

A primeira delas é apresentada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)²⁴, que classifica o trabalho informal como a unidade econômica, caracterizada pela produção em pequena escala, pelo reduzido emprego de técnicas e pela quase inexistente separação entre o capital e o trabalho. Tais unidades também se caracterizam pela baixa capacidade de acumulação de capital e por oferecerem empregos instáveis e reduzidas rendas. Ou seja, é formado por trabalhadores por conta própria, inclusive empregadores e empregados de pequenas firmas, de baixa produtividade²⁵.

A concepção seminal de setor informal no trabalho da OIT ocasionou a definição da dicotomia formal/informal segundo uma abordagem denominada subordinação. As atividades do setor informal ocupariam nichos do mercado não preenchidos pela atividade tipicamente capitalista. Lembrando que, o setor informal não pode ser entendido de modo geral como subemprego, ou uma alternativa temporária em razão da falta de oportunidade no setor formal, o setor informal absorve aquelas pessoas que não têm carteira assinada, ou vínculo empregatício e não são recolhidos impostos referentes à ocupação destes. Com o desenvolvimento da esfera produtiva, a atividade, até então espaço para o setor informal, tornar-se-ia atraente para a atividade capitalista, levando-a a ocupar, por meio da concorrência, o lugar preenchido pelas unidades produtivas informais²⁶.

O setor informal pode ser delimitado com base em unidades econômicas orientadas para o mercado, destacando-se o fato de que quem detém o negócio exerce simultaneamente as funções de patrão e empregado, tem a posse dos instrumentos de trabalho e além do mais, a colaboração do trabalho familiar, ou ainda, de alguns ajudantes e de não existir separação entre as atividades de gestão e produção²⁷.

O trabalho informal pode se apresentar ainda como estratégia de sobrevivência diante da perda de uma ocupação formal ou por opção de vida para alguns trabalhadores que optam por desenvolverem suas atividades em seu próprio negócio (para auferir lucros maiores). O conceito de informalidade também não está condicionado ao local onde é desenvolvida a atividade produtiva, à utilização de ativos fixos, à duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e ao fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa²⁸.

Caderno CRH, Salvador, v. 23, n.58, p.171-190, jan./abr. 2010.

23 COSTA, M. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n.58, p.171-190, jan./abr. 2010.

24 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Organização Internacional do Trabalho: promovendo o trabalho decente*. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

25 MILHOMEM, A. V. Trabalho informal: precarização do trabalho e exclusão social em Goiás e no Brasil. *Revista Anhanguera*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 139-155, jan./dez. 2003.

26 MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H.C.; ANTIGO, M. Evolução do diferencial de rendimentos entre setor formal e informal no Brasil: O papel das características não observadas. *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 355-388, maio/ago. 2008.

27 CACCIAMALLI, M. C. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. 1983. 172f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983; CACCIAMALLI, M. C. *Globalização e processo de informalidade*. São Paulo: IPE/USP, 2000. (Texto para Discussão, 01).

28 BORGES, A.; FRANCO, A. Economia informal da RMS: verdades e mitos. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 68-89,

A segunda definição revela principalmente que as atividades de produção não são executadas de acordo com a lei. A ideia de economia informal está geralmente associada à baixa produtividade, ilegalidade, evasão de impostos, corrupção e, sobretudo, a um contingente de pessoas excluídas dos sistemas de proteção social. O trabalho informal consiste naquele que, em geral, foge da regulação do Estado. Trabalhadores que não conseguem uma posição no mercado formal caminham entre empregos formais e informais, realizando trabalhos por conta própria ou por pequenas tarefas e acrescentando ainda os trabalhadores sem carteira assinada e os que não são remunerados. Essa condição dificulta a contribuição previdenciária, com consequências para o próprio trabalhador, mas também para a sociedade, que assume custos previdenciários e de assistência social para os quais não houve poupança²⁹.

Embora a transição para a economia formal sejam objetivos desejados, há de se colocar que existem diferentes pontos de vista sobre o que se entende por formalização e como ele pode ser alcançado. Alguns acreditam que se trata de expandir a capacidade e alcance das instituições, especificamente resolver a situação de emprego assalariado no setor formal. Outras vezes pode ser limitada apenas ao registro e sanções punitivas em caso de descumprimento da lei. Tal abordagem é susceptível de ser contra-produtivo, uma vez que não considera várias outras facetas da informalidade. Além disso, as políticas para a adesão à formalização devem ser apresentar incentivos, considerando-se, inclusive, melhorias de infraestrutura e, principalmente, cultura de divulgação para se adequar as condições específicas da economia informal à economia formal. Obviamente, esse processo de transição gera custos no curto prazo para o Estado, ou melhor, para a sociedade³⁰.

3. METODOLOGIA

O objeto de estudo desta pesquisa é constituído pelas unidades produtivas informal, cuja abordagem conceitual que mais se ajusta é a da pequena produção mercantil, tal como apresentada no estudo de Rosa e Castelar³¹, que compreende as seguintes categorias analíticas: os proprietários dispõem de um mínimo de capital fixo, utilizam poucos trabalhadores, familiares ou assalariados não registrados, e participam diretamente da produção, sem serem caracterizados como assalariados; não existe uma completa divisão do trabalho e o proprietário do negócio participa na produção sob as formas de patrão e empregado; dispõem de instalações com aparência pouco sólida, semipermanentes, temporárias ou móveis (ambulantes); não participam do sistema de crédito formal e mantêm relação mínima com as instituições financeiras; dirigem e preservam sua atividade, muito mais, em virtude do emprego e do fluxo de renda gerados do que da busca de uma taxa de rentabilidade competitiva; as relações patrão, empregado e clientes são pessoais e a forma como serão exercidas dependerá da cultura, experiência de vida, personalidade e condições de vida do proprietário; o processo de produção poderá sofrer discontinuidades ou intermitência, em virtude das características do próprio negócio, do mercado ou do produtor; a situação financeira do negócio está fortemente vinculada à situação financeira da família, ou seja, não há uma separação clara entre as finanças do negócio e da família; a capacitação é obtida, em grande parte, por meio da experiência e do conhecimento do negócio do que da educação formal; a quantidade de unidades produtivas é determinada pela renda média auferida e pelo tamanho do mercado. Dessa forma, se os negócios estiverem favoráveis, outros agentes tendem a ingressar na atividade, reduzindo a renda média até o limite em que aquele espaço econômico não será mais atrativo para a entrada de novas microempresas.

dez. 1999.

29 FILÁRTIGA, G. B. Custos de transação, instituições e a cultura da informalidade no Brasil. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 121-144, dez. 2007.

30 INTERNATIONAL LABOR CONFERENCE. *Transition from the informal to the formal economy*. Geneva: International Labor Office, 2014.

31 ROSA, A. L. T.; CASTELAR, L. I. M. *Demanda por microcrédito em Fortaleza: uma análise do método de avaliação contingente*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Curso de Pós-Graduação em Economia – CAEN, 1998. (Texto para Discussão, n. 174/98).

3.1 Coleta de Dados e Descrição das Variáveis

Em princípio, o processo de amostragem escolhido é o de amostragem aleatória de múltiplos estágios. No primeiro estágio, a escolha dos grupos formados por comerciantes dos Pólos de Confeção de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Nesses casos, a unidade de observação não está centrada na pessoa, mas no grupo, que é facilmente identificável; no segundo estágio, foram selecionados quais os subgrupos que seriam considerados, ou seja, os não lojistas ou feirantes. Esse grupo foi escolhido em razão da maior caracterização das atividades informais; por fim a amostra considerada em cada um dos municípios correspondeu ao limite mínimo de 5% da população de feirantes em cada caso. Dessa forma, entrevistou-se 390 pessoas em Caruaru, 300 em Santa Cruz e 65 em Toritama.

3.2 O Modelo Econométrico

Objetivando-se estudar a disposição a pagar (DAP)³² dos feirantes da economia informal para entrarem na economia formal, revelada por meio da avaliação contingente, será especificado um modelo econométrico de estimação *logit*. O modelo de regressão logística especificado apresenta como variável dependente binária a disposição a pagar (DAP) dos indivíduos, em que a variável dependente assume o valor “1” se o entrevistado disse estar disposto a pagar para entrar no mercado formal e “0”, caso contrário.

Considerando-se “X” o vetor com os valores das variáveis explicativas e “β” um vetor de parâmetros, o modelo admite que a probabilidade de a pessoa feirante esteja disposta a pagar para entrar no mercado formal, definida neste estudo, como formalização da economia informal, pode estar relacionada com um grupo de variáveis preditoras ou explicativas.

O modelo é baseado na função de distribuição logística (curva em formato de S) e garante que as estimativas de probabilidade situem-se entre 0 e 1, em que os valores positivos (negativos) do parâmetro indicam que a probabilidade de disposição a pagar aumenta (diminui) à medida que o valor da variável explicativa aumenta (diminui). O vetor de variáveis independentes (explicativas ou preditoras) contém diversas variáveis, especificadas no parágrafo a seguir.

Seja $\pi_i = \text{Prob}(\text{DAP}=1)$, com $0 \leq \pi_i \leq 1$, a probabilidade do *i*-ésimo indivíduo estar disposto a pagar para a formalização da economia informal. Dessa forma, a probabilidade π_i está relacionada com as seguintes variáveis explicativas: Sexo: variável binária que assume valor “1” se a pessoa for do sexo masculino e “0”, caso contrário; IDADE: anos de idade do feirante entrevistado; Escolar: variável categórica em que (0) Nunca estudou; (1) Fundamental I completo; (2) Fundamental I incompleto; (3) Fundamental II completo; (4) Fundamental II incompleto; (5) Médio completo; (6) Médio incompleto; (7) Superior completo e (8) Superior incompleto; TamFam: variável categórica em que (1) Mora só; (2) 2; (3) 3; (4) 4; (5) 5; (6) 6; (7) 7; (8) 8; (9) 9 e (10) 10; TemRam: Há quantos anos o feirante trabalha com confecção; NumFun: Quantidade de funcionários que o entrevistado possui; NumMaq: variável categórica em que (0) não tenho — apenas revende; (1) não tenho — facção³³; (2) até 4; (3) entre 5 e 8; (4) entre 9 e 12 e (5) mais que 12; RegCon: variável *dummy* em que (0) sim e (1) não; FatMens: faturamento mensal do feirante, medido em moeda corrente (R\$).

32 A variável disposição a pagar é usualmente utilizada na literatura sobre valoração contingente. E mesmo em situações onde não o usuário não tenha intenção de pagar pelo ativo econômico em questão, o termo utilizado é o mesmo, o que pode parecer estranho ao leitor. Na verdade, sabe-se que o usuário não está disposto a pagar com base no valor obtido no modelo, quando é muito baixo. Enfim, a análise dos resultados deve ser realizada com cautela.

33 Facção é o nome dado às unidades de confecção que prestam serviços para outras empresas do ramo. Realizam pequenas etapas da produção; geralmente trabalhos de corte, montagem e acabamento de peças do vestuário para as outras confecções. Trata-se de um serviço de terceirização, portanto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de se iniciar a discussão sobre a disposição a pagar, convém breve explanação a respeito da informalidade no Pólo de Confeções do Agreste Pernambucano, que é constituído principalmente pelos Municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

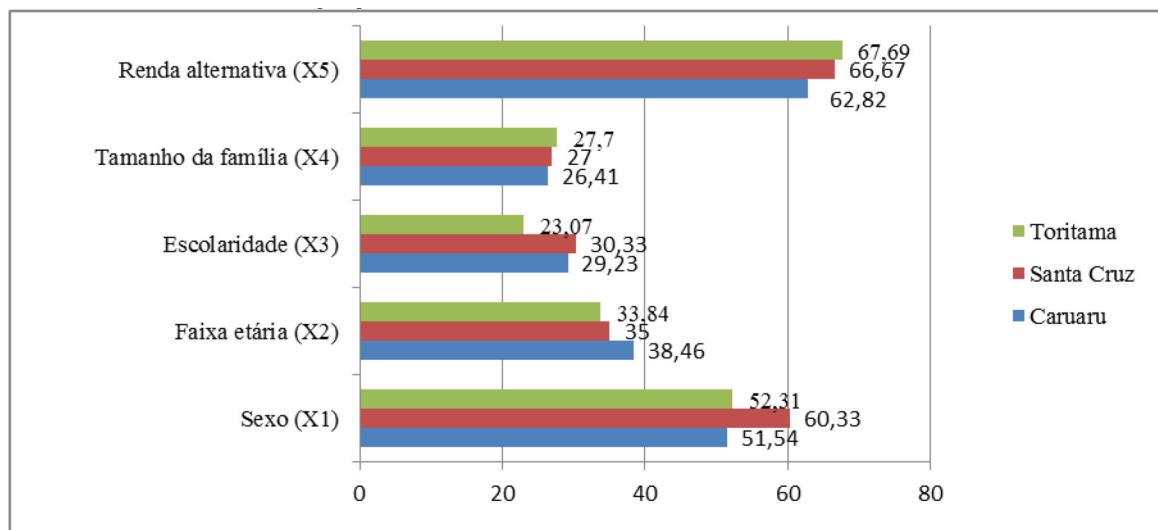
4.1 Caracterização da Economia Informal no Agreste Pernambucano

O Pólo de Confeções do Agreste Pernambucano concentra grande volume de pequenos fabricos caseiros. Esse setor é muito forte na economia da Região, garantindo o sustento de várias famílias, muitas vezes, sem amparo social ou legal. O empreendimento denominado como “Feira da Sulanca”, que contempla o chamado mercado de trabalho informal, absorve pessoas desempregadas, que começam sem nenhuma qualificação e em pouco tempo de prática já estão adaptadas as atividades desempenhadas □ aprendem, na maioria das vezes, no dia a dia do trabalho³⁴ e não em cursos específicos.

As feiras recebem semanalmente número considerável de consumidores dos mais variados tipos de classes sociais, em busca dos artigos de confecção, que apresentam o preço baixo como principal elemento de competição com outras regiões do País. Os produtos comercializados nas feiras tornam-se substitutos com os comercializados no mercado formal, acrescentando-se ainda a concorrência dos vestuários oriundos da China.

No Gráfico 1, pode-se verificar por meio da variável sexo (X1), que a maior parte dos trabalhadores são do gênero feminino — 51,54% em Caruaru; 60,33% em Santa Cruz e; 52,31% em Toritama. Essas mulheres assumem o banco nos dias das feiras enquanto seus maridos e outros membros da família desempenham outras atividades, incluindo a parte de costura, que também é realizada pelos homens.

Gráfico 1 - Caracterização da Economia Informal no Agreste Pernambucano, segundo o Perfil dos Feirantes (%)



NOTA: LEGENDA DAS VARIÁVEIS: (X1) – Feminino; (X2) – 26 a 35 anos; (X3) – Ensino Médio completo / Fundamental II incompleto; (X4) – 03 pessoas / 04 pessoas; (X5) – Não possuem.

FONTE: Do autor.

A observação da variável faixa etária (X2) revela que as pessoas as quais procuram ocupação nas feiras são principalmente adultas, nas três cidades a faixa etária majoritariamente está entre 26-35 anos, com (38,46%) em Caruaru, 35% dos entrevistados de Santa Cruz do Capibaribe e 33,84% dos entrevistados de

34 Em Economia, chama-se a isso de *learnin by doing*.

Toritama. Essas pessoas estão ou convivem com a atividade desde a infância, mas não necessariamente com a feira propriamente dita. Iniciam-se auxiliando no processo produtivo, desde a retirada dos pelos dos tecidos, até o processo de embalagem da mercadoria.

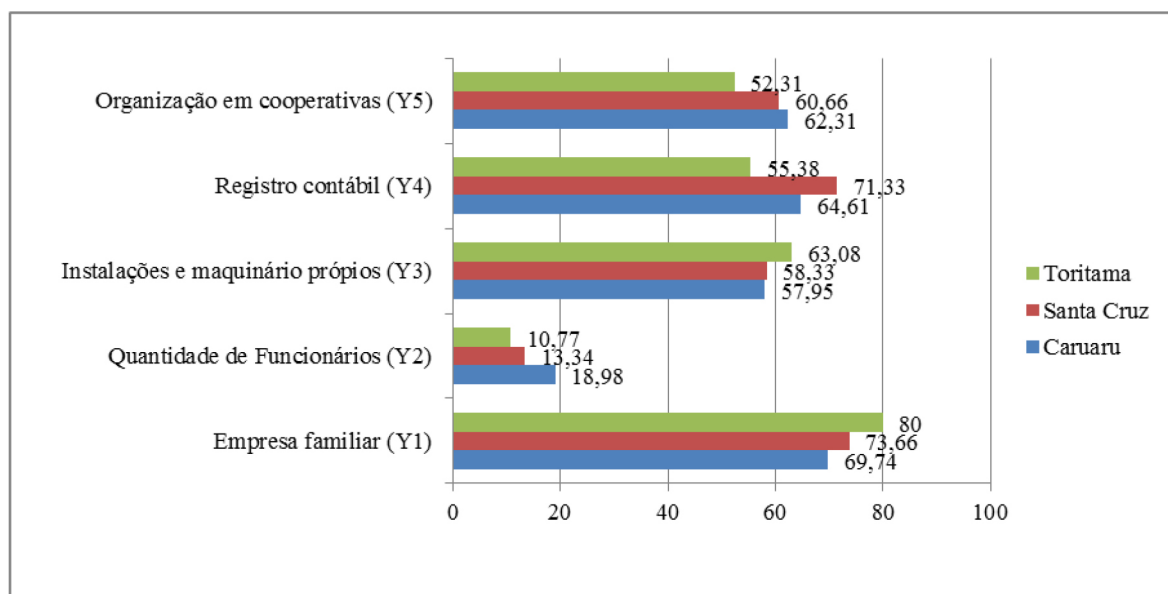
A variável escolaridade (X3) revela que boa parte dos entrevistados possui Ensino Médio completo — 29,23% em Caruaru e 30,33% em Santa Cruz 30,33% . Mesmo assim ainda sofrem com a ausência de formação técnica na área. Já em Toritama 23,07% dos feirantes de não possuem sequer o Ensino Fundamental II completo. Esse percentual sugere que sejam direcionadas políticas públicas urgentes para a melhor qualificação desses trabalhadores, com o intuito de direcioná-los para novos postos de trabalho. Nesse sentido, um apelo constante entre os entrevistados consiste na necessidade de formação de cursos profissionalizantes, o que ajudaria no redirecionamento de algumas dessas pessoas para o mercado formal de trabalho.

Sobre os resultados de escolaridade, convém frisar que a Região conta com cursos frequentes por parte do SENAC. E que tem, desde 2006, a presença das Universidades Federal e Estadual de Pernambuco além do Instituto Federal de Pernambuco, com centros em Caruaru. E não raras vezes o Polo de Confecções tem sido objeto de estudo desses pesquisadores, a exemplo deste. Também cursos de extensão têm sido oferecidos para tais agentes econômicos. Inclusive, já houve cursos de especialização criados especificamente para esse estrato populacional e não houve interesse da parte deles. Convém considerar, todavia, que o nível de escolaridade apresentado não dá o alcance real de escolaridade desses agentes econômicos. Isso porque em muitas das vezes, independente do grau de escolaridade apresentado, essas pessoas são analfabetos funcionais. Em alguns casos, esse déficit educacional só será reduzido com as próximas gerações, aquelas que usufruirão de melhores escolas e que terão a oportunidade de cursar essas universidades, agora presentes na Região.

Não existe um padrão único de tamanho da família, com ressalva a variável (X4), mas em 26,41% das famílias de Caruaru existem 03 pessoas por família. Em Santa Cruz, também existem 04 pessoas por família para 27% dos entrevistados e em Toritama esse percentual é de 27,70%. Quando a pergunta referiu-se à existência ou não de renda alternativa, indicada pela variável renda alternativa (X5), a maioria dos entrevistados nas três cidades respondeu que não possuem — Caruaru (62,82%), Santa Cruz (66,67%) e Toritama (67,69%).

No Gráfico 2, pode-se observar dos dados referentes à variável empresa familiar. Verifica-se que a grande maioria dos feirantes não possui trabalhadores, contando com a ajuda dos familiares para o desenvolvimento das atividades do empreendimento — 69,74% em Caruaru, 73,66% em Santa Cruz e 80% em Toritama. Essa situação persiste seja com a pequena produção ou apenas com a revenda do produto nos bancos das respectivas feiras. Quando existem funcionários ou ajudantes (Y2) — como os entrevistados preferem — a maioria tem no máximo 03 funcionários. Isso ocorre em 18,98% dos empreendimentos entrevistados em Caruaru, em 13,34% em Santa Cruz e 10,77% em Toritama.

Gráfico 2 - Caracterização da Economia Informal, segundo a Estrutura Organizacional dos Feirantes (%)



NOTA: LEGENDA DAS VARIÁVEIS: (Y1) – apenas família;/ (Y2) – 01 a 03 funcionários; (Y3) – Sim; (Y4) – Sim; (Y5) Não/Sim.

FONTE: Do autor.

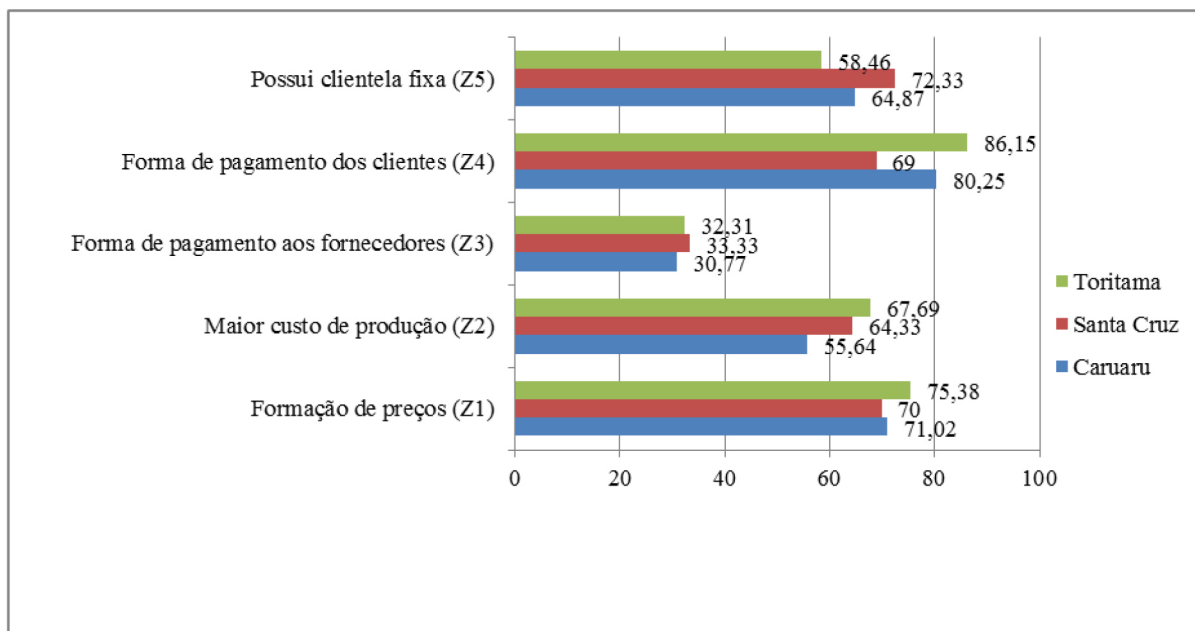
Ao se verificar o quesito instalações e maquinários próprios (Y3), percebe-se que, na maioria dos empreendimentos, isso ocorre — Caruaru (57,95%), Santa Cruz (58,33%) e Toritama (63,08%). Nesse contexto, convém ressaltar a importância e o que vem a ser *fação* que, segundo a definição de alguns entrevistados, é a produção por partes. Ou seja, suponha-se que um tecido seja deixado em determinada residência para que fique responsável pelo corte; depois seguirá para outro destino para que se costure; na sequência vai para as pessoas que irão bordar e assim por diante; até o produto volte finalizado para o feirante comercializar. Esse formato de produção na Região é recente, tem mais ou menos cinco anos, segundo alguns feirantes.

Quanto ao registro contábil (Y4), os feirantes foram questionados sobre a existência de algum tipo de registro contábil, mesmo que seja em um simples caderno. As respostas foram positivas para a maioria dos entrevistados — Caruaru (64,61%), Santa Cruz (71,33%) e Toritama (55,38%). De qualquer forma, existe controle da movimentação financeira. Quando isso não ocorre, segundo os entrevistados, “é porque é feito de cabeça mesmo”.

Analisando-se as respostas dos entrevistados quando se pergunta a respeito de uma possível organização em cooperativas (Y5), observa-se que, na cidade de Caruaru, há resistência a esse tipo de organização (62,31%), o que também ocorre em Santa Cruz (60,66%). Já em Toritama as respostas foram positivas 52,31%. A razão pode dever-se ao fato de esses trabalhadores fazerem parte da Associação dos Feirantes de Toritama, ou seja, já se encontram organizados de alguma forma. Alguns feirantes até ressaltaram que o cooperativismo seria de grande utilidade, pois comprariam o tecido ‘jeans’ no caso deles, em grande quantidade, diminuindo assim o custo, recebendo, conseqüentemente, lucro maior em relação ao atual.

A variável (Z1) mostra, no Gráfico 3, como são formulados os preços dos produtos nas três cidades. A maioria dos entrevistados apontou o custo de produção como principal fator para a formação dos preços — Caruaru (71,02%); Santa Cruz (70%) e Toritama (75,38%). O que alguns dos entrevistados declararam foi o fato de se ter preço baixo: “se não for dessa forma, o cliente procura a concorrência e eu perco a venda. É melhor ganhar pouco e vender, do que voltar pra casa com a mercadoria”.

Gráfico 3 - Caracterização da economia informal, segundo a organização no mercado (%)



NOTA: LEGENDA DAS VARIÁVEIS: (Z1) – custo de produção; (Z2) – matéria-prima; (Z3) – à vista/as duas formas; (Z4) – à vista; (Z5) – sim.

FONTE: Do autor.

Já a variável (Z2) mostra qual o item que tem maior peso na composição do custo de produção. O estudo demonstra que a maioria dos entrevistados apontou a matéria-prima como o elemento definidor na formação dos custos de produção — Caruaru (55,64%), Santa Cruz (64,33%) e Toritama (67,69%). No caso das fêrias de confecção, o custo de aquisição do tecido constitui o principal fator na composição dos custos dos feirantes que produzem.

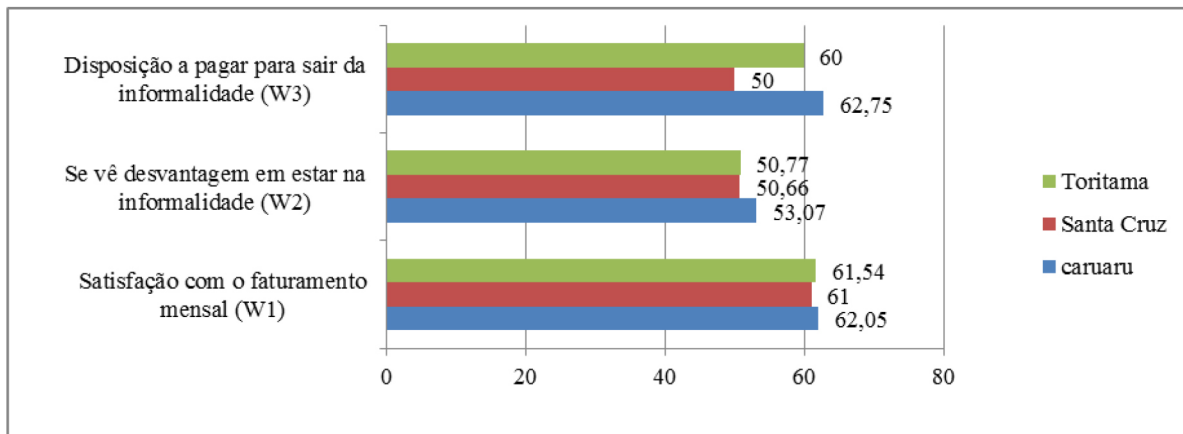
A variável (Z3) revela disparidade quanto à forma de pagamento aos fornecedores pelos feirantes. Em Caruaru, 30,77% dos entrevistados pagam à vista aos fornecedores e, em Santa Cruz, ocorre o mesmo, 33,33%; já em Toritama, 32,31% dos entrevistados utilizam as duas formas de pagamento.

Já a forma de pagamento dos clientes pelas confecções adquiridas (Z4) é feita à vista para 80,25% dos entrevistados de Caruaru, 69% dos entrevistados de Santa Cruz e 86,15% dos entrevistados de Toritama. Isso caracteriza bem a informalidade do setor. Não recebem cheques e raramente aceitam cartões de crédito. Contudo, o preço baixo acaba atraindo o consumidor.

Por essa razão, preço baixo, o consumidor acaba tornando-se fiel. A variável (Z5) mostra a fidelidade dos clientes — Caruaru (64,87%), Santa Cruz (72,33%) e Toritama (58,46%). No caso de Caruaru, a feira é tradicional e os feirantes têm locais fixos para o comércio de seus produtos. Em Santa Cruz, a situação é semelhante, mas é favorecida pela organização e facilidade de acesso e circulação dentro do empreendimento denominado “Moda Center Santa Cruz”. Convém ressaltar que a organização dessa feira permite maior volume nas vendas (alguns feirantes chegam a negociar toda a produção da semana para um único cliente. Isso ocorre com consumidores que vêm de outras regiões do País, no intervalo de quinze dias a um mês). Já em Toritama essa percentagem é menor, pois os feirantes mudam-se com maior frequência do local e, a depender do dia da feira, também participam das feiras de Caruaru e Santa Cruz, alugando o espaço de origem para outra pessoa comercializar.

A variável (W1), demonstrada no Gráfico 4, indica a satisfação do feirante em relação ao seu faturamento mensal. A maioria dos entrevistados em Caruaru (62,05%) diz-se satisfeita com o faturamento, em Santa Cruz essa percentagem fica em torno de 61% e em Toritama corresponde a 61,54%. Para alguns deles, o lucro da feira seria apenas complemento da renda familiar, o que não é o caso da maioria, como mencionado anteriormente.

Gráfico 4 - Caracterização da Economia Informal, segundo a Orientação para a Formalização (%)



NOTA: LEGENDA DAS VARIÁVEIS: (W1) – Sim / (W2) – Sim – Não / (W3) – Dividido/ Não.

FONTE: Do autor.

A pesquisa inquiriu sobre a percepção dos entrevistados sobre estar na informalidade (W2). Dos entrevistados, (50,77%) dos feirantes de Toritama não veem desvantagem em estar na economia informal. Já em Santa Cruz, 50,66% dos entrevistados acreditam estar em desvantagem por se encontrarem na economia informal, assim como (53,07%) em Caruaru. Eles alegaram que já perderam vendas por estarem na informalidade, já que não podem emitir notas fiscais, nem participar de financiamentos para ampliar o negócio.

A variável (W3) mostra a disposição dos entrevistados em pagar algum tipo de imposto para estar na formalidade. Em Santa Cruz, as respostas foram bastante divididas, 50% estão dispostos e a outra metade não está disposta. Em Toritama, 60% e Caruaru com 51,79% dos entrevistados disseram que não estão dispostos a pagar qualquer tipo de imposto para fazer parte do mercado formal. Mas o resultado econométrico demonstrará que, na verdade, as pessoas não estão dispostas a arcar com parte dos custos da formalidade.

4.2 Disposição a pagar dos indivíduos

O método de elicitação utilizado foi o *open-ended*, em que se pergunta diretamente o quanto a pessoa está disposta a pagar em termos monetários ou em porcentagem da renda. Dessa forma, os resultados encontrados revelam que a média da disposição a pagar (DAP) média mensal encontrada para Caruaru foi de R\$ 0,08 e para Santa Cruz do Capibaribe foi zero. Para Toritama esse valor não foi calculado³⁵, haja vista que as variáveis não foram significativas, muito provavelmente em virtude de pequeno tamanho da amostra. Obviamente esse valor de R\$0,08 é desprezível, o que pode ser lido como não disposição a pagar do usuário pela formalização da economia informal.

4.2.1 A Demanda pela Formalização da Informalidade em Caruaru

A análise descritiva dos dados apresentada na TABELA 1 revela que, na média, a pessoa que se encontra na economia informal e trabalha na Feira de Caruaru tem 35 anos, menos de 10 anos no ramo, conta com um funcionário assalariado e ganha em torno de R\$1.586,58 mensais.

³⁵ A amostra foi calculada em cima do número total de feirantes do Município. No caso de Toritama, em virtude do reduzido número de observações, os resultados mostraram-se sem significância estatística, de forma que se optou pela sua exclusão nesta análise.

TABELA 1 - análise Descritiva dos Dados em Caruaru

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
<i>IDADE</i>	18	77	35,31	14,05
<i>TAMFAM</i>	1	10	3,61	1,39
<i>TEMPRAM</i>	1	36	9,48	6,61
<i>NUMFUN</i>	0	18	1,08	2,45
<i>FATMENS</i>	300	15.000	1.586,58	1.675,31

Fonte: do autor.

Uma análise preliminar dessas variáveis pode demonstrar algumas relações esperadas. Acredita-se, em princípio, que agentes com maior idade, maior tamanho da família, maior tempo de negócio estabelecido, com empreendimentos com maior número de funcionários e maior faturamento mensal estariam mais interessados em formalizar o negócio, haja vista maiores vantagens que poderiam ser adquiridas com essa regularização. Nesse sentido, é de se supor que esses empreendedores estariam mais interessados em pagar por essa formalização. Todavia, o que se verificou nas entrevistas foi que quanto mais estabelecida está a pessoa ou a firma, menos interessada ela está em ‘mudar o que está dando certo’. Ou seja, é questão cultural na Região, a informalidade, a feira do jeito que é, durante a madrugada, para eles, parece ser o natural. E quebrar essa resistência necessitará de grande mobilização do poder público, principalmente no concernente à ampla divulgação dos benefícios adquiridos com o processo de formalização.

Nesse sentido, foi procedida a análise das variáveis que influenciam a DAP, seguindo o modelo de variável dependente binária exposto anteriormente. As variáveis idade, tempo no ramo e faturamento mensal mostraram-se significativas para explicar a DAP. Assim, gerou-se o seguinte Modelo Logit de Variável Dependente Binário³⁶.

TABELA 2 - variáveis do modelo mais ajustado em Caruaru

Variável	β	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(β)
<i>NUMFUN</i>	-0,303	0,132	5,283	1	0,022	0,738
<i>FATMENS</i>	-0,001	0,000	41,640	1	0,000	0,999
<i>Constante</i>	1,989	0,259	59,078	1	0,000	7,311

N=389

Fonte: do autor.

Em Caruaru, as variáveis consideradas estatisticamente relevantes para a disposição a pagar pela formalização da economia informal foram número de funcionários e faturamento mensal. Os parâmetros ou coeficientes do modelo logístico apresentam-se como: $DAP = 1,989 - 0,303 (NUMFUN) - 0,001 (FATMENS)$

36 Foram realizados testes para detectar a presença de multicolinearidade das variáveis com o auxílio do Software SPSS. Onde, pode-se afirmar com precisão estatística que não existe colinearidade entre as variáveis. A estatística qui-quadrado dos resíduos informa que os coeficientes para as variáveis que não estão no modelo são significativamente diferentes de zero, ou seja, nenhuma das variáveis excluídas do modelo contribuiria de forma significativa para o poder preditivo do modelo. O teste de Wald, aplicado individualmente, demonstrou que existem evidências suficientes de que os coeficientes de β estimados são diferentes de zero para um nível de significância de 5%, o que significa que as variáveis são estatisticamente significantes como fatores de risco em potencial para a ocorrência da disposição a pagar.

O fato de a constante ter-se apresentado positiva, significa que o ambiente propicia uma probabilidade positiva de disposição a pagar pela formalização da economia informal. A percentagem global (*overall percentage*) de classificação correta do modelo alcançou 74,6%, indicando que este é considerado satisfatório para a realização de predições futuras. Quanto à razão de chances (*odds ratio*), as variáveis número de funcionários (NUNFUN) e faturamento mensal (FATMENS) apresentam valores inferiores a unidade, 0,738 e 0,999, respectivamente. Isso significa que à medida que os previsores aumentam, as chances de disposição a pagar diminuem.

As variáveis apresentam-se significativas, mas com sinais negativos. Isso reflete a realidade em que se encontram os feirantes da economia informal. Em alguns casos, os feirantes da economia informal apresentam faturamento mensal alto com a informalidade (R\$15.000,00). Situação que, às vezes, perdura há mais de trinta anos. Como convencer essa pessoa a mudar? Mudar para que? É o que ele questiona.

Uma limitação do estudo refere-se à ausência de maiores explicações para o comportamento das variáveis, o que se daria por meio da comparação com a literatura sobre o assunto. Mas não se tem conhecimento de trabalhos similares que tenham tratado o tema sob essa abordagem e com esse método. Nesse sentido, o que consiste em limitação, de outro lado, também pode se configurar como pioneirismo.

4.2.2 A Demanda pela formalização da informalidade em Santa Cruz do Capibaribe

A análise descritiva dos dados apresentada na Tabela 3 revela que, na média, a pessoa que se encontra na economia informal e trabalha na Feira de Santa Cruz do Capibaribe tem 34 anos, menos de 10 anos no ramo, conta com um funcionário e ganha em torno de R\$1.568,63 mensais.

Tabela 3 - análise descritiva dos dados em Santa Cruz do Capibaribe

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
IDADE	14	68	34,12	10,69
TEMPRAM	1	35	9,82	7,09
NUMFUN	0	18	1,15	2,66
FATMENS	155	12.000	1.568,63	1.766,68

Fonte: do autor.

De mesma forma, foi realizada a análise das variáveis que influenciam a DAP, seguindo o mesmo modelo. As variáveis idade, escolaridade, tempo no ramo e faturamento mensal mostraram-se significativas para explicar a DAP. Assim, gerou-se o seguinte Modelo Logit de Variável Dependente Binário.

Tabela 4 - variáveis do modelo mais ajustado em Santa Cruz do Capibaribe

Variável	β	S.E.	Wald	Df	Sig.	Exp(β)
IDADE	0,037	0,016	5,361	1	0,021	1,037
ESCOLARI	-0,231	0,095	5,885	1	0,015	0,793
TEMPRAM	-0,046	0,022	4,158	1	0,041	0,955
FATMENS	-0,001	0,000	34,119	1	0,000	0,999

Constante	1,716	0,719	5,690	1	0,017	5,562
N= 299						

Fonte: do autor.

Em Santa Cruz, as variáveis consideradas estatisticamente relevantes para a disposição a pagar pela formalização da economia informal foram idade, escolaridade, tempo de permanência no ramo e faturamento mensal. Os parâmetros ou coeficientes do modelo logístico apresentam-se como: $DAP = 1,716 + 0,037 (IDADE) - 0,231 (ESCOLARI) - 0,046 (TEMPRAM) - 0,001 (FATMENS)$.

O fato de a constante ter-se apresentado positiva, significa que o ambiente propicia uma probabilidade positiva de disposição a pagar pela formalização da economia informal. A percentagem global de classificação correta do modelo alcançou 71,9%, indicando que este é considerado satisfatório para a realização de previsões futuras.

Na análise da razão de chances, as variáveis escolaridade, tempo de permanência no ramo e faturamento mensal apresentaram valores inferiores a unidade: 0,793, 0,955 e 0,999, respectivamente. Isso significa que à medida que os previsores aumentam as chances de disposição a pagar diminuem. No caso da variável idade, para cada ano da pessoa existe 1,037 chance dele tornar-se disposto a pagar pela formalização da economia informal.

Esperava-se que a variável escolaridade (ESCOLARI) apresentasse sinal positivo, pois se acredita que pessoas com maior instrução tenham maior capacidade para entender a importância de se criar mecanismos de redução da economia informal, por isso, acreditava-se que essa variável se relacionasse positivamente com a variável DAP. Um sinal diferente do esperado, em princípio, indicaria a presença de multicolinearidade entre os dados. Mas essa hipótese foi rejeitada após o teste de diagnóstico de colinearidade. Portanto, admite-se que possa haver algum erro de especificação do modelo não identificado no estudo.

Da mesma forma, as demais variáveis apresentam-se com sinais negativos. Na realidade, isso reflete a realidade em que se encontram os feirantes da economia informal. Quanto mais tempo eles têm no ramo, mais funcionários possuem e maior o faturamento mensal, mais estabelecidos esses feirantes estão no negócio e, portanto, não têm reais pretensões de sair da informalidade, ou seja, querem manter o 'status quo'.

4.2.3 A Demanda pela formalização da informalidade no agreste pernambucano

Foi procedida a análise das variáveis que influenciam a DAP, seguindo o modelo exposto anteriormente, considerando a amostra conjunta dos três municípios³⁷. As variáveis escolaridade, tempo de permanência no ramo e faturamento mensal mostraram-se significativas para explicar a DAP.

Tabela 5 - variáveis do modelo mais ajustado para o agreste pernambucano

Variável	β	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(β)
ESCOLARI	-0,222	0,056	12,923	1	0,000	0,817
NUMFUN	-0,258	0,076	11,420	1	0,001	0,773
FATMENS	-0,001	0,000	66,359	1	0,000	0,999

37 As *dummies* locais não se apresentaram significantes e por isso foram retiradas do modelo, bem como outras variáveis consideradas inicialmente, possibilitando assim um melhor ajuste do modelo.

<i>Constante</i>	2,514	0,286	77,115	1	0,000	12,354
N=755						

Fonte: do autor.

Considerando-se o agreste pernambucano completo, as variáveis consideradas estatisticamente relevantes para a disposição a pagar pela formalização da economia informal foram escolaridade, número de funcionários e faturamento mensal. Os parâmetros ou coeficientes do modelo logístico apresentam-se como: $DAP = 2,514 - 0,222 (ESCOLARI) - 0,258 (NUMFUN) - 0,001 (FATMENS)$.

As variáveis apresentam valores inferiores a unidade [ESCOLARI (0,817), NUMFUN (0,773) e FATMENS (0,999)], quanto à análise da razão de chances. Isso significa que, à medida que os previsores aumentam, as chances de disposição a pagar diminuem.

Grosso modo, os resultados comprovam o ocorrido para a análise isolada dos municípios. Os sinais negativos encontrados refletem o pouco interesse em sair da informalidade à medida que os feirantes estejam mais bem estabelecidos em seus negócios, ou seja, com maior número de funcionários e maior faturamento mensal, corroborando a hipótese inicial de que uma parcela importante das pessoas que se encontram na informalidade não o faz por ausência de oportunidades no mercado formal, mas por considerarem mais atrativos os ganhos adquiridos na informalidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em momentos de expansão da economia, espera-se aumento do emprego formal. De outro modo, em períodos de crises, imagina-se aumento nos empregos informais. Nas feiras de confecção do agreste pernambucano, mesmo com o recente histórico de crescimento do País, observa-se grande proporção de trabalhadores e microempresários voltados para a informalidade.

As informações coletadas e analisadas demonstraram que o perfil dos feirantes é principalmente formado pelo gênero feminino; os empreendimentos atuam com a ajuda de familiares; a clientela é fixa e o principal elemento de competição é o baixo preço dos produtos. Essa informação preocupa, na medida em que o desenvolvimento da economia informal traz redução para a arrecadação do Governo, o que compromete os investimentos em bens e serviços públicos, notoriamente necessários para o pleno desenvolvimento da Região.

Do ponto de vista da firma, há que se atentar para o fato de que nem sempre a pessoa está na informalidade por falta de oportunidade no mercado formal. Alguns estão por opção, porque acreditam ser mais vantajoso quando calculam a relação benefício-custo. Mesmo ficando de fora de algumas benesses ofertadas pelo Governo, o fato de não pagar impostos, parece ser mais vantajoso para esse grupo empresarial.

Especialmente pela estrutura de mercado em que se inserem, concorrência monopolística — livre entrada e saída de firmas no mercado; grande número de demandantes e ofertantes; produto diferenciado e com algum tipo de substituíbilidade, o que garante algum poder de determinar preço — esses negociantes precisam estar atentos ao fator competitividade. Têm que inovar em termos de mercadoria e de infraestrutura, além de manterem preços atrativos.

Entretanto, percebe-se que os feirantes não estão muito propensos a pagarem para aderirem ao setor formal, haja vista os valores encontrados no estudo, R\$0,08 mensais em Caruaru e zero em Santa Cruz do Capibaribe. Os motivos evidenciados vão desde o fato de que acreditam já pagar muitos impostos até e, principalmente, pelo fato de estarem confortáveis com seus rendimentos sem ter de prestar contas sobre isso com o Estado.

Esse resultado corrobora os principais resultados do estudo de Moura e Barbosa Filho³⁸. Para os referidos autores, a informalidade no Brasil é maior nas regiões não metropolitanas e o principal fator explicativo seria o maior nível de informalidade nessas regiões. Além disso, o resultado de que a maior queda de informalidade estaria relacionada ao estrato com maior nível de escolaridade, chegando a explicar 60% da queda da informalidade no país, poderia explicar porque, no polo de confecções do agreste pernambucano, não há interesse aparente em sair da informalidade, haja vista as pessoas terem baixo nível de escolaridade, considerando-se as especificidades daquele nicho de negócios (pequenos fabricos de fundo de quintal).

O que se observa é que as feiras acabam sendo o principal empregador local e independentemente de as pessoas estarem no mercado formal ou informal, o certo é que se constitui, na principal atividade econômica da Região, contemplando pessoas como proprietárias (feirantes) ou como familiares de feirantes, ou ainda, em menor escala, como trabalhadores remunerados. Contudo, para o desenvolvimento local, a arrecadação é fundamental. A alta informalidade existente no Pólo de Confecções acaba sendo elemento inibidor do crescimento mais igualitário na Região, onde toda a sociedade acaba perdendo. Cabe, portanto, uma intervenção do poder público no sentido de criar mecanismos que levem a essa formalização, tendo em vista que a demanda pela formalização não virá dos feirantes informais.

Contudo, à guisa de conclusão, há que se colocar que uma análise mais detalhada do desempenho econômico do Pólo de Confecções é prejudicada pela escassez de dados com base municipal. Além disso, existem problemas como descontinuidade nos recenseamentos econômicos, além da dificuldade de se aferir, tomando-se por base os dados oficiais, qualquer informação sobre a informalidade. Esses problemas foram relatados no relatório do SEBRAE³⁹ e, passados tantos anos, continuam os mesmos. Isso porque os censos demográficos ainda contêm poucas informações econômicas; a RAIS registra apenas os dados das empresas formalizadas (o que compromete sua utilidade para o estudo do Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano, cujo índice de informalidade corresponde a mais de 80%); e as estimativas dos PIBs municipais do IBGE não estão atualizadas, sendo as mais recentes relativas a 2012. Por isso mesmo, as informações de campo foram especialmente importantes para a caracterização do referido Polo.

Uma sugestão para trabalhos futuros seria observar se os programas de transferência de renda estariam impactando na decisão dos empreendedores informais quanto à formalização do setor. Em princípio, com os elementos investigados neste estudo, acredita-se que não. Isso porque não seriam esses agentes econômicos pessoas pobres, usuárias do sistema de bolsas assistencialistas. Pelo menos não é o perfil da maioria, mas em ciência todas as possibilidades devem ser investigadas, ainda mais em se tratando de assunto tão pouco explorado na literatura econômica.

6. REFERÊNCIAS

BOEKE, J. *Economics and economic policy of dual societies: as exemplified by Indonesia*. New York: International Secretariat Institute of Pacific Relations, 1953.

BORGES, A.; FRANCO, A. Economia informal da RMS: verdades e mitos. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 68-89, dez. 1999.

BURNETT, A. A saga dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da feira da sulanca no Agreste pernambucano. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, v. 3, n. 2, p. 09-40, jul./dez. 2013.

38 MOURA, R. L.; BARBOSA FILHO, F.H. Evolução recente da informalidade no Brasil: uma análise segundo características de oferta e demanda de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 41., 2013, Foz do Iguaçu-PR. *Anais...* Foz do Iguaçu: ANPEC, 2013.

39 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Estudo da caracterização econômica do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano*: relatório final apresentado ao SEBRAE-PE. Recife: FADE/UFPE, maio de 2003.

- CACCIAMALLI, M. C. *Globalização e processo de informalidade*. São Paulo: IPE/USP, 2000. (Texto para Discussão, 01).
- CACCIAMALLI, M. C. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. 1983. 172f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.
- CACCIAMALLI, M. C.; SILVA, M. F. J. Mais informalidade, menos cidadania, os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre a formulação da política social na América Latina. *Cadernos Prolam/USP*, São Paulo, v. 02, n. 2, p. 4-24, 2003.
- CAMARGO, A. L.; MORA, H. G. C. La economía informal em Villavicencio. *Finanzas y Política Económica*, Bogota, v. 3, n.2, p. 83-104, jul./dez. 2011.
- COSTA, M. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p.171-190, jan./abr. 2010.
- FILÁRTIGA, G. B. Custos de transação, instituições e a cultura da informalidade no Brasil. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 121-144, dez. 2007.
- FONTES, A.; PERO, V. *Determinantes do desempenho dos microempreendedores no Brasil*. 2009. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto0906.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- FREY, Bruno. *La economía del arte: una visión personal, y Las falsificaciones en arte. ¿qué falsificaciones?* Barcelona: La Caixa, 2000. (*Estudios Económicos*, 18).
- HARRIS, J.; TODARO, M. Migration, unemployment and development: a two-sector Analysis. *American Economic Review*, Pittsburgh, v. 60, n. 1, p. 126-142, 1970.
- HIRSCHMAN, A. *Exit, Voice and loyalty: responses to decline in firms, organizations, and states*. Cambridge: Harvard University Press, 1970.
- INTERNATIONAL LABOR CONFERENCE. *Transition from the informal to the formal economy*. Geneva: International Labor Office, 2014.
- LEWIS, A. The Dual Economy revisited. *The Manchester School*, Hoboken, v. 47, n. 3, p. 211-229, Sept. 1979.
- MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H.C.; ANTIGO, M. Evolução do diferencial de rendimentos entre setor formal e informal no Brasil: O papel das características não observadas. *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 355-388, maio/ago. 2008.
- MILHOMEM, A. V. Trabalho informal: precarização do trabalho e exclusão social em Goiás e no Brasil. *Revista Anhanguera*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 139-155, jan./dez. 2003.
- MINCER, J. Unemployment Effects of Minimum Wages. *Political Economy*, London, v. 84, n. 4, p. s87-s104, Aug. 1976. Part 2: Essays in Labor Economics in Honor of H. Greg.
- MOURA, R. L.; BARBOSA FILHO, F.H. Evolução recente da informalidade no Brasil: uma análise segundo características de oferta e demanda de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 41., 2013, Foz do Iguaçu-PR. *Anais...* Foz do Iguaçu: ANPEC, 2013.
- NERI, M. Informalidade. *Ensaios econômicos*, Rio de Janeiro, n. 635, p. 1-40, dez. 2006.
- OLIVEIRA, R. V.; BRAGA, B. M. Território comercial de Toritama: persistência e metamorfoses da informalidade. *Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 41, p. 193-225, out. 2014.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Organização Internacional do Trabalho: promovendo o trabalho decente*. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>>. Acesso em 10 ago. 2015.

PERRY, G. *Et al. Informality: Exit and Exclusion*. Washington: The World Bank, 2007.

RAMOS, Lauro (ed.). *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. Brasília: IPEA, maio 2009. (Boletim, 39). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/BMT39_completo.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ROCHA, M. E. B. Economia informal cearense: uma caracterização. In: VIANNA, P. J.; ROSA, A. L. T. (Org.). *Economia do Ceará em Debate*. Fortaleza: IPECE, 2006. p. 136-156.

ROSA, A. L. T.; CASTELAR, L.I.M. *Demanda por microcrédito em Fortaleza*: uma análise do método de avaliação contingente. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Curso de Pós-Graduação em Economia – CAEN, 1998. (Texto para Discussão, n. 174/98).

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Economia informal urbana*: julho de 2005. Goiânia: Observatório SEBRAE, 2015.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Estudo da caracterização econômica do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano*: relatório final apresentado ao SEBRAE-PE. Recife: FADE/UFPE, maio de 2003.

SOTO, H. de. *El otro sendero: la revolución informal*. Bogotá: Oveja Negra, 1987.

SQUEEF, G. C. *Produtividade do trabalho nos setores formal e informal no Brasil*: uma avaliação do período recente. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. (Texto para Discussão, n. 2084).

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico www.rbpp.uniceub.br
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.